OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 142
Março 2024

BASES PARA A ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA EXTERNA EXEMPLO DE MOÇAMBIQUE

João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

BASES PARA A ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA EXTERNA EXEMPLO DE MOÇAMBIQUE

João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba[1]

1. INTRODUÇÃO

O objectivo deste texto é o de propor uma forma de estimar em que medida o desenvolvimento/crescimento, a estabilidade macroeconómica e os níveis de vulnerabilidade a choques externos (conflitos, crises económicas, pandemias, etc.), estão relacionados/influenciados por factores externos, podendo gerar dependência externa. Por se tratar de um indicador económico, as variáveis seleccionadas para o Índice de Dependência Externa (IDEx), são fundamentalmente económicas e financeiras.

Existem vários índices sintéticos (ou agregados) para a medição do estado e do nível de desenvolvimento de uma sociedade, como sejam, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Pobreza Multidimensional, o Índice de Desigualdade de Gini (geralmente de rendimento), o Índice de Competitividade (*Global Competitiveness Index* – GCI), entre outros. Estes índices resultam de uma combinação de indicadores/variáveis, que são considerados como os que possuem maior determinismo e que melhor caracterizam uma dada dimensão social e económica que se pretende avaliar e comparar, seja em diferentes momentos de uma mesma realidade, como entre realidades (geralmente países), regiões, continentes, entre outros.

No IDEx, cada sub-índice resulta da conjugação de variáveis, podendo-se designar de sub-índices), a que são atribuídos pesos geralmente medidos segundo uma dada escala de pontuação), de acordo com o seu grau de influência (calculado, estimado ou presumido) na variável a dimensionar/avaliar (o índice). São definidos parâmetros para cada variável, considerando as situações/realidades qualitativas e/ou quantificadas. Do somatório das pontuações dos sub-índices, resulta uma pontuação que se pretende analisar. As escalas de pontuação (melhor ou pior) de cada sub-índice e variável variam: por exemplo, no índice de percepção da corrupção, quanto mais próximo de zero, menos corrupção, no índice de desigualdade (índice de GINI), quanto mais próximo de zero, menores são as desigualdades e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quanto mais próximo de zero, pior. No caso do IDEx proposto, quanto mais próximo de zero melhor (economia não dependente) e pior quanto mais próximo de 100 (economia muito dependente.

Os autores consideram que não existe, na literatura especializada, um índice para avaliar/medir o grau de dependência económica externa de uma economia, pelo que pretendem apresentar e sugerir o índice, ao qual foi atribuída a abreviatura IDEx.

[1] João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. investigador do OMR. Yara Nova, Mestre em economia e Políticas Públicas. Rabia Aiuba, Mestre em Economia.

Este ensaio possui cinco secções: Além da introdução, na segunda secção faz-se um breve enquadramento teórico; na terceira secção são apresentadas e justificadas as escalas dos sub-índices e das variáveis de cada sub-índice que compõem o IDEx e são atribuídos parâmetros de referência para cada uma. Consideram-se de parâmetros de referência, os valores ou os intervalos de valores em que um sub-índice e variável, deve apresentar para medição do contributo no IDEx. Consideram-se de parâmetros de referência, os valores ou os intervalos de valores em que um sub-índice e variável, deve apresentar para medição do contributo no IDEX.

Na secção quatro faz-se um ensaio ("experimental") de aplicação do IDEx, e seus sub-índices e variáveis, tomando como exemplo o ano 2021 e a evolução do IDEx e de cada sub-índice para os anos entre 2015 e 2021 da economia moçambicana. Finalmente, faz-se um resumo e algumas considerações.

As fontes de dados secundárias (relatórios e base de dados) deste ensaio, foram obtidas em instituições nacionais e internacionais, nomeadamente:

- Sub-índice Finanças: Banco Mundial (WB), Banco de Moçambique e Ministério de Economia e Finanças (MEF);
- Sub-índice Balança Comercial: Banco de Moçambique;
- Sub-índice Orçamento Geral do Estado: Ministério de Economia e Finanças (MEF) – Direcção Nacional do Orçamento (DNO);
- Sub-índice Vulnerabilidade Económica: Instituto Nacional de Estatística (INE) e United Nations;
- Sub-índice Segurança Alimentar: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Secretariado Técnico De Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MMAIP) e World Bank (WB).

2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Dada as características e o âmbito de análise do IDEx, o enquadramento teórico será inserido nas teorias económicas de desenvolvimento e com maior ênfase na teoria da dependência. No entanto, os autores entendem a relevância da mesma em contextos de grande parte dos países africanos, especificamente, no caso de Moçambique, em que as dinâmicas e processos históricos, sociais, políticas e económicas, apresentam aspectos que podem ser compreendidas a partir da teoria da dependência.

A teoria da dependência centra-se no papel das relações existentes (políticas e económicas), entre nações e sua influência no processo de crescimento e desenvolvimento económico[2].

[2] Shrum, W. (2001). *Science and Development*. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, 13607–13610. doi:10.1016/b0-08-043076-7/03165-x

A dependência e interdependência são conceitos da literatura económica, sobretudo nas áreas de pensamento sobre o desenvolvimento e do subdesenvolvimento[3]. Foi no âmbito das temáticas sobre o desenvolvimento que por volta de 1950, surgiram as primeiras manifestações de teorização da dependência. Em geral, para os defensores desta teoria, "os recursos naturais como minérios, produtos agrícolas e demais matérias-primas, fluem de países periféricos, nomeadamente, pobres e também designados d subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, para um conjunto de países ricos, ditos países centrais ou desenvolvidos. A forma como esses dois grupos de países se integram no sistema mundial perpetua a dependência"[4], com vantagem para os países ricos e desvantagem para os países pobres. É com base nesse princípio que os teóricos da dependência tentam explicar o estado de subdesenvolvimento de muitos países, examinando os padrões de interacções entre as nações e argumentando que a desigualdade entre as nações é uma parte intrínseca dessas interacções[5].

Existem duas abordagens da teoria da dependência, nomeadamente: (1) teoria marxista da dependência (TMD), abordada principalmente por Paul Baran, Paul Sweezy e Gunder Frank; e (2) teoria estruturalista da dependência, desenvolvida por Raul Prebisch e Celso Furtado.

Embora a teoria marxista da dependência apresentasse princípios similares à da teoria estruturalista da Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL) para a explicação dos entraves ao desenvolvimento na América Latina, o fundamento teórico da teoria marxista, centrava-se na teoria do valor do Karl Marx, sendo fundamentada pelas discussões na época sobre as trocas desiguais. A perspectiva era essencialmente baseada na análise dos processos de integração subordinada da América Latina na economia capitalista mundial, onde se observava uma relação desigual de controle dos mercados de factores de produção por parte dos países centrais, que resultava numa sistemática transferência de rendimento da periferia para o centro. A medida em que ocorriam os avanços económicos e sociais (nos países centrais), esta relação desigual de subordinação (dos países periféricos) se intensificavam, perpetuando a dependência no sentido periferia-centro (Féliz, 2021; Duarte, 2021)[6].

[3] Dos autores mais destacados desta corrente de pensamento, indicam-se Amartya Sen, Arthur Lewis, Celso Furtado, Gunder Frank, Gunnar Myrdal, Samir Amin, Paul Baran, Paul Sweezy, Ragnar Wilhelm Nurkse, Raul Prebisch, Roseinstein-Rodan, Walt Rostow.

[4] Samir Amin and development discourse | Political Economy | thenews.com.pk

[5] *Dependency Theory of Development*, 6th Semester, by Prof. Pranim Rai.pdf (kharagpurcollege.ac.in).

[6] Féliz, M. (2021). *Notes For a Discussion on Unequal Exchange and the Marxist Theory of Dependency*. Historical Materialism. En Memoria Académica. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.15906/pr.15906.pdf.

Duarte, P., H. E. (2021). Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini Marxist dependency theory: the theoretical contribution by Ruy Mauro Marini. SciElo. DOI: 10.1590/0103-6351/5778.

Neste caso e considerando o objectivo deste texto, os autores optaram, fundamentalmente, por referências às teorias estruturalista e da dependência da escola da CEPAL[7], onde Raul Prebish é um dos mais destacados investigadores. "Para esta escola de pensamento, as economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento apresentariam obstáculos estruturais específicos às suas condições históricas associadas, dentre outros factores, ao tipo de inserção no sistema económico internacional. Alguns destes entraves – a especialização primário-exportadora; a deterioração dos termos de troca; a tendência ao desequilíbrio da balança de pagamentos; o vasto contingente de força de trabalho sub-empregado nos sectores de subsistência; uma profunda heterogeneidade entre sectores produtivos e sociais - não podiam ser superados sem a promoção de transformações estruturais, tanto no sentido de uma profunda mudança em termos produtivos, comerciais e científico-tecnológico, quanto na configuração de instrumentos macroeconómicos que viabilizem e potencializem o desenvolvimento humano, social e económico pleno dessas regiões[8]".

Celso Furtado, como historiador económico, estudou sobretudo o caso brasileiro e refere a necessidade de enquadramento histórico nos seguintes termos: "… o problema do desenvolvimento económico é um aspecto do problema geral da mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido sem se devolver um conteúdo histórico[9]".

"A teoria centro/periferia afirma que a estrutura das economias subdesenvolvidas determina um padrão específico de inserção internacional como periferia do capitalismo mundial - via divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a estrutura económica subdesenvolvida é produtora de bens e serviços com uma demanda externa pouco dinamizada; no que diz respeito ao mercado interno, é importadora de bens/serviços com uma demanda doméstica em rápida expansão, além de ser assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas para o centro desenvolvido, porém, com frequência, pouco adequadas ou inadequadas por completo para a disponibilidade de recursos e o nível de renda da periferia.

Em segundo lugar, resultou na ideia de que a estrutura social e económica da periferia latino-americana determina um modo particular de industrialização, de introdução e disseminação do progresso técnico e de crescimento, assim como um modo peculiar de absorção da força de trabalho e de distribuição de renda. Ou seja, em suas características mais determinantes, os processos de crescimento e de desenvolvimento económico, em todas suas variáveis chaves, seriam distintos do que ocorrem nos países do centro.

[7] Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

[8] Lima, Rodrigo Fernandes de (2012). *O Pensamento Estruturalista e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.

[9] Furtado, C. (1969). "Formação de capital e desenvolvimento económico". Em: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense.
Furtado, C. (1964). *Dialéctica do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Edições Fundo de Cultura.

Apontam-se as condições subjacentes à dependência de qualquer país as seguintes: (1) as empresas exportadoras são detidas maioritariamente por estrangeiros; (2) as exportações são dominadas por uma, ou algumas *commodities*; (3) as exportações dominam a economia, e as importações são maiores em relação ao PIB; e (4) os produtos minerais e petrolíferos são produzidos em condições de integração vertical[10].

As diferenças entre as estruturas económicas desenvolvidas e as estruturas económicas subdesenvolvidas, encontram-se no facto de que estas últimas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogéneas, contrastando com o quadro observado naquelas. Os países do centro possuem aparato produtivo mais bem diversificado, uma produtividade homogénea ao longo de toda a cadeia produtiva, além de contar com mecanismos de criação e difusão tecnológica aperfeiçoados e de transmissão social de seus frutos que são inexistentes ou pouco funcionais para promover o desenvolvimento na periferia[11]".

Hans Singer e Raul Prebisch, ao analisarem os termos de troca dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, constataram que houve uma deterioração ao longo do tempo, onde os países subdesenvolvidos compravam cada vez menos produtos manufacturados dos países desenvolvidos em troca de uma determinada quantidade de suas exportações de matéria. Resultando na conhecida tese ou hipótese de Singer-Prebisch[12]. O padrão das trocas nos primórdios do desenvolvimento do mercado ou das trocas comerciais, também pode justificar em parte os níveis de dependência de um país.

Segundo a Cepal, a tendência à deterioração dos termos de troca, a partir da industrialização dos países centrais nos anos de 1870, implicava em transferência de renda dos países da periferia do sistema capitalista em direcção ao centro da economia mundial[13]". Isto é, os fluxos de capital e bens são positivos para os países desenvolvidos, o que se traduz, segundo as novas abordagens e conceitos, nos extractivismos de diversas naturezas (*commodities*, recursos naturais, ambiente, capital, trabalho, etc.),

[10] Sonntag, H. R. (2001). *Dependency Theory*. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, 3501–3505. doi:10.1016/b0-08-043076-7/01890-8.

[11] Bielschowsky, R. (2010). *Evolución de las ideas de la CEPAL*. Revista de La CEPL, número extraordinário.

[12] "Essa hipótese refere que existe uma tendência secular de deterioração dos termos de troca em favor dos bens industrializados. Tradicionalmente, são apontados quatro factores responsáveis por esse fenómeno: (1) existência de poder de mercado no sector industrial contrastando com mercados competitivos no sector de *commodities*; (2) pressão resultante da diferença de elasticidades-renda, demanda dos produtos manufacturados e primários; (3) distribuição desigual de capital humano e conhecimento; e (4) assimetrias no mercado de trabalho entre o centro e a periferia" Dávila-Fernández, M. & Amado, A. (2015). Entre a lei de Thirlwall e a hipótese Prebisch-Singer: uma avaliação da dinâmica dos termos de troca em um modelo de crescimento com restrição no Balanço de Pagamentos. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 87-119.

[13] Carcanholo, M. (2010) Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, R (2010) (Org.): *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Editora Pão e Rosas, RJ.

tendo como suporte o aprofundamento da extroversão e financeirização das economias, reproduzindo as características do subdesenvolvimento.

> "A deterioração dos termos de troca, por sua vez, teve como origem o facto de os países do centro industrializado possuírem um sector industrial bem estruturado e uma demanda dinâmica de trabalho, o que proporcionava uma tendência ao aumento de salários, bem como incentivava inovações tecnológicas que substituem o factor trabalho. Contudo, a introdução das inovações não veio acompanhada de redução dos salários - explicada pela maior organização sindical dos trabalhadores industriais nos países centrais - o que explicaria, por fim, a deterioração dos termos de troca em favor dos preços dos produtos industriais importados pela periferia, em detrimento dos preços dos produtos exportáveis por essa região[14]".

Uma economia é dependente quando está relacionada com outros países, regiões ou mundo, numa situação de subordinação ou desvantagem, não só na tomada de decisões políticas e económicas, como em relação a recursos (humanos, financeiros e tecnológicos) para a implementação de um plano/programa/estratégia de desenvolvimento elaborado com diferentes níveis de soberania.

Os estruturalistas enfatizam o desenvolvimento da inovação tecnológica como meio de reconfiguração da estrutura económica, tal como o papel do empresário (e da inovação) desenvolvido por vários autores, designadamente Joseph Schumpeter[15], que afirmava que "o empreendedor é aquele que destrói a ordem económica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais", o que designou de destruição criativa, e considerava a inovação como o motor do crescimento. Era, em síntese, o que denominava como a "inovação e a mudança ocorrem por meio de uma espiral de atracção mútua (*clusters*), onde um empreendedor de sucesso atrai outro empreendedor e, assim, os efeitos são multiplicados".

A inovação parte da investigação, seguindo o desenvolvimento de tecnologias e, depois, a inovação pelos empresários e gestores públicos. Por esse razão, existem muitos programas I&D (Investigação e Desenvolvimento)[16].

---

[14] Lima. Ibidem.

[15] Veja uma das principais obras: Schumpeter, Joseph A. (2021). The Theory of Economic Development. Routledge

[16] "São consideradas actividades I&D as actividades que se foquem no desenvolvimento de novo produto, processo ou serviço, ou introdução de melhorias técnicas e que exijam a presença de um elemento apreciável de novidade e resolução de incerteza científica e/ou tecnológica" …

… "São actividades de longo prazo e/ou orientadas ao futuro, relacionadas com ciência ou tecnologia, que usa técnicas semelhantes ao método científico sem que haja resultados pré-determinados, mas com previsões gerais de algum benefício comercial.

"Os resultados dessas actividades são a melhoria de processos, melhoria de mercado, desenvolvimento de técnicas ou tecnologias novas ou já existentes, crescimento da empresa através de extensão de produto e/ou serviço na mesma área ou em novas áreas económicas". https://reward.pt/o-que-sao-atividades-de-investigacao-e-desenvolvimento-id/.

Em síntese, existem várias teorias para a interpretação do subdesenvolvimento e desenvolvimento, sendo a dependência e os seus mecanismos de reprodução uma importante componente desse debate. A maioria dessas abordagens, possui os seguintes suportes teóricos transversais:

- As estruturas produtivas, a eficiência relacionada com as tecnologias e a divisão internacional do trabalho, assentes na produtividade do trabalho e concretizadas por relações económicas externas desiguais, por fluxos de capitais assimétricos, pela estrutura e natureza do comércio externo e relações de troca com uma tendência desfavorável dos preços dos bens primários produzidos nas economias menos desenvolvidas[17], com tendências a longo prazo de agravamento do défice da balança comercial e da dívida externa.
- Fluxos de capitais, por um lado, para os países menos desenvolvidos, sobretudo o investimento externo, donativos e empréstimos e, por outro lado, a exportação de lucros, o reembolso dos empréstimos, a transferência de mais-valias, considerando os bens importados e exportados[18]. Esta realidade pode fazer crescer a dívida externa e, em casos extremos, o incumprimento dos compromissos financeiros internacionais e má classificação do grau de risco pelas agências de *rating* que influencia a imagem, sobretudo o investidor estrangeiro.
- A cooperação externa e os donativos, sobretudo os destinados ao apoio directo ao orçamento do Estado, fazem depender programas governamentais, principalmente o investimento público em infra-estruturas produtivas e de serviços, a modernização e qualificação do aparelho administrativo e, em alguns casos, o agravamento da dívida pública e do défice orçamental elevado e crescente.
- A vulnerabilidade mede se a economia, face a choques externos e, portanto, não geridos pelas autoridades nacionais, tem capacidade para manter os ritmos de crescimento e a estabilidade macroeconómica, o emprego, os níveis de pobreza e a estabilidade política e social com base em recursos internos.

Aspectos muitos importantes da dependência, ou que geram dependência, são a inovação, tecnologia e o conhecimento, o débil tecido empresarial, o espírito empresarial no sentido weberiano[19] e a cultura industrial, a ineficácia e pouca transparência das

[17] Emmanuel, Arghiri (1972), *Imperialismo y comercio internacional*, Siglo XXI de España Editores, S.A.

[18] Segundo o relatório publicado por uma coligação de organizações britânicas e africanas, sobre o movimento dos fluxos financeiros, o continente mais pobre do mundo perdeu 203 mil milhões de dólares devido a factores como a evasão fiscal, o pagamento da dívida e a extracção de recursos. Apesar dos empréstimos, remessa e ajuda recebidos, no valor de 161,6 mil milhões de dólares, o déficit financeiro líquido anual ultrapassou 40 mil milhões de dólares. Development Finance International. https://development-finance.org/pt/noticias/747-5-june-new-study-on-financial-flows-in-sub-saharan-africa. Acedido em 28 de Junho de 2023.

[19] A ética protestante e o espírito do capitalismo, com o qual começou suas reflexões sobre a sociologia da religião, segundo Weber, Marx (2009), *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* http://hdl.handle.net/praxis/78, defende que "o espírito do capitalismo não é caracterizado pela busca desenfreada do prazer e pela busca do dinheiro por si mesmo. O espírito do capitalismo deve ser entendido como uma ética de vida, uma orientação na qual o indivíduo vê a dedicação ao trabalho e a busca metódica

instituições, incluindo as estruturas dos mercados, as políticas públicas erráticas e inconstantes e a presença de conflitualidade de diversos tipos, são factores agravantes ou atenuantes da dependência. Por outro lado, algumas economias em desenvolvimento integram geoestratégias políticas e militares[20], reserva de terra, água, de fontes de energia e de biodiversidade considerando o esgotamento desses recursos a longo prazo.

Assim, para os estruturalistas, as economias dependentes têm como principais características as seguintes: (1) estagnação da agricultura e pequena indústria; (2) concentração das actividades na agricultura orientada para a exportação e para a exploração de recursos naturais e minerais; (3) um sector terciário em rápida expansão, acompanhada de crescente taxas de desemprego; (4) défices crónicos da balança de pagamento e comercial; (5) desequilíbrios estruturais nas relações políticas e sociais; (6) crescente importância do capitalismo de Estado e do endividamento; (7) altos e baixos e auto-repetitivo ciclos económicos[21].

No caso de Moçambique, é evidente o peso dos sectores primários na formação do PIB configurando a estrutura económica afunilada e pouco diversificada, o fraco desenvolvimento industrial e um mercado limitado face à dimensão e profundidade e consumidor de bens de massa, com um segmento muito reduzido de consumo de bens diferenciados, geralmente importados e distribuídos pelas cadeias de valor internacionais.

da riqueza como um dever moral. Weber acentua claramente que o 'espírito' do capitalismo não deve ser confundido com a 'forma' do capitalismo. Weber entende o capitalismo enquanto sistema económico, cujo centro é representado pela empresa capitalista, reunião de meios de produção, trabalho organizado e gestão racional. Ele esclarece que as variáveis tratadas no seu livro, tem a ver com a moral protestante e a dimensão comportamental (habitus) que serve de base ao sistema. O espírito do capitalismo só pôde triunfar ao vencer as formas tradicionalistas de comportamento económico", https://repositorio.ufsc.br/handle/praxis/78.

[20] Existe uma combinação de aspectos na África Oriental que fazem desta zona índica como de alto risco, considerando as riquezas naturais, o domínio das rotas marítimas, a disponibilidade de terra e a confluência de religiões e culturas que historicamente têm presença na zona. Acrescenta-se a geoestratégia global de natureza securitária e militar das potencias mundiais, como a China, EUA, França e Índia (por sequência alfabética).

[21] https://www.egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/8981/1/Unit-3.pdf.

A baixa produtividade agrícola e a competitividade da economia assenta, em grande medida, na baixa inovação e tecnologia do tecido produtivo, asfixiada pelo capital externo extrovertido e extractivista. A baixa produtividade geral da economia e a competitividade derivada da pouca modernização do sector empresarial implicam a prática de baixos salários e pouca criação de emprego que retroalimenta a pobreza e a insegurança alimentar. Esse ciclo vicioso é funcional com a reprodução da dependência e das características estruturais das economias em desenvolvimento.

As características acima mencionadas, reflectem-se numa forte e crescente concentração sectorial da economia e do comércio externo[22], no persistente e crescente défice da balança de pagamentos, das dívidas interna e externa e na dependência das receitas orçamentais, recursos externos, o que limita o exercício das funções do Estado e o respectivo nível de soberania das decisões de políticas públicas e na deterioração dos termos de troca do comércio externo e na baixa cobertura da balança comercial.

A dependência alimentar em consequência da baixa oferta interna de bens essenciais e dos factores de crise mencionados, mantém grande parte da população em situação de insegurança e défice alimentar ou fome e de elevados níveis de pobreza, instabilidade e perda de património e de capacidade produtiva, e de conflitos locais de diversas naturezas.

3. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA EXTERNA (IDEX)

a) Proposta de indicadores

Conforme o resumo das teorias mais influentes sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento apresentadas, escolheram-se indicadores que foram considerados os mais importantes para a medição do grau de dependência externa.

As variáveis escolhidas são aquelas que representam e reflectem, no essencial, as relações económicas, financeiras e comerciais de uma economia com o exterior, nomeadamente o comércio e financiamento externo, a influência dos recursos externos (donativos e empréstimos) no orçamento público, e com as receitas fiscais, a segurança alimentar e a resiliência contra choques climáticos. Todas elas estão inter-relacionadas e existem outras que se podem considerar influenciadas por estas, ou que as influenciam (com relações de causa e efeito). Por exemplo, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), relaciona-se com os fluxos de capital e as exportações, e estas últimas com a taxa de cobertura e de abertura da economia, com os termos de troca. O comércio externo está relacionado com as receitas do Estado e os fluxos de capital, entre outras.

[22] Veja Mosca, João (2023). *Economia moçambicana em processo de concentração sectorial, territorial e social*. Destaque Rural Nº 199. OMR. Maputo.
Aiuba, Rabia (2023). *Balança de pagamentos na África Subsaariana, 2000-2021*. Destaque Rural Nº 244. OMR. Maputo.

A vulnerabilidade económica da economia, está associada à dependência alimentar e, esta, por sua vez, está relacionada com a concentração do comércio externo devido às variações dos preços dos mercados internacionais dos principais bens importados, (como são os produtos alimentares e *commodities* agrícolas, o petróleo e o gás, o carvão e o alumínio), com a dívida externa e com a dívida pública total. As duas últimas podem afectar o IDE e os fluxos de capital, com possíveis consequências sobre a soberania nacional por via da dependência de recursos externos para o desenvolvimento. Esta dependência de recursos externos, afecta o crescimento económico resultante do desenvolvimento dos mercados e do débil tecido produtivo nacional, a criação de emprego, as receitas fiscais, entre outras dimensões da economia. Em resumo, existem muitas variáveis que indicam a dependência externa, cuja maior ou menor importância (grau de determinismo) muda segundo as realidades. A dependência externa, quando elevada (por exemplo, peso das responsabilidades financeiras com o exterior e em particular da dívida, a baixa poupança, instituições frágeis, conflitos armados, entre outros), pode implicar grandes perdas de soberania, como, por exemplo, decisões de política económica e monetária, sanções de diferentes tipos, intervenção militar, entre outras.

As instituições são fundamentais para analisar o grau de competitividade da economia e da vulnerabilidade externa representada por algumas das dimensões acima apresentadas e que se podem traduzir no índice da fragilidade do Estado.

Há variáveis que são dimensões "internas" da economia, como a poupança interna, o crédito à economia e por sector produtivo e para consumo, as estruturas produtivas e dos mercados, a eficácia, eficiência e transparência das instituições, a qualificação dos recursos humanos, o nível de serviços às empresas e aos cidadãos, entre outras, podem atenuar ou agravar a dependência externa.

Destacam-se os aspectos institucionais que, em princípio, mais interferem na competitividade de uma economia, sintetizados em alguns indicadores do ambiente de negócios, especialmente:

- As condições de investimento interno e externo (fiscalidade, repatriamento de capitais, lei e mercado do trabalho flexível, justiça célere, etc.);
- A eficácia, transparência e competência da administração pública;
- Existência de mercados não distorcidos por intervenções exógenas e estruturas de concorrência;
- Confiança dos investidores na economia (estabilidade macroeconómica, política monetária, dívida externa, cumprimento dos compromissos financeiros, etc.), sintetizadas no índice utilizado pelas agências de rating;
- Estabilidade e confiança dos investidores na política do país (regimes políticos, conflitos de diferentes naturezas), ambiente social e laboral e democracia.

Não menos importante, é a capacidade competitiva do tecido económico nacional e as relações inter-sectoriais para a criação da acumulação e valor acrescentado interno e prestação de serviços no quadro do conceito de *clusters* (medido pelo Índice de Competitividade de Moçambique). Esta dimensão pode ainda ser avaliada pela estrutura do tecido empresarial (dimensão das empresas), sectores económicos com maior peso na estrutura empresarial e no PIB, a proporção entre a economia formal e informal e o posicionamento de Moçambique do *ranking* internacional de inovação.

No âmbito do IDEx, é atribuída individualidade à dependência alimentar, não só devido aos valores de importação, mas também pelo peso dos seus volumes na oferta interna de bens essenciais da dieta alimentar da maioria da população urbana em rápido, como são os produtos: arroz, óleo alimentar, pescado e trigo. Os vegetais (tomate e cebola) e algumas frutas, representam também percentagens elevadas no abastecimento, sobretudo nos maiores aglomerados populacionais. A dependência alimentar, para além de permanente, existe com grande frequência e importância (pelo volume de importações e pessoas abrangidas em insegurança alimentar), devido a conflitos armados prolongados, reassentamentos e efeitos de eventos climáticos extremos.

Os fenómenos ambientais são crescentemente importantes e geram elevadas e diversificadas vulnerabilidades (deslocação de pessoas e meios de sobrevivência, perdas de produção, destruição de infra-estruturas, conflitos sociais nos deslocamentos de pessoas, entre outros). Embora se considere, numa perspectiva de longo prazo, estes fenómenos são cada vez mais violentos e de maior frequência temporal. Moçambique é um país de elevada exposição aos choques climáticos. No âmbito deste trabalho foi incluído como sub-índice do IDEX, o *Enviorment Vulnerability* Index das Nações Unidades.

O IDEx com os sub-índices abaixo apresentados, pode não reflectir os níveis de dependência de todas as realidades, mas, para efeitos comparativos, é importante que exista uma forma de cálculo única, quanto às variáveis e às pontuações.

As finanças privadas (macro) e públicas (OGE), como forma de estimar o grau de dependência da capacidade de investimento nacional (privado e público), através de recursos internos, comparando com a poupança nacional, a percentagem do investimento directo nacional (IDN) sobre o total do investimento no país, o saldo orçamental e o fluxo de capitais extraídos da balança de pagamentos.

A Balança de pagamentos que expressa a natureza e amplitude das relações comerciais e económicas que traduz/sintetiza vários fundamentos das teorias apresentadas, entre outras, como as economias dependentes, concentram o comércio externo em poucos bens e serviços exportados e importados, nos termos de troca desfavoráveis e no influxo decapitais para o investimento directo estrangeiro e, em alguns casos como receitas dos orçamentos dos estados.

b) Justificação das variáveis dos sub-índices

Conforme o exposto na secção anterior, as variáveis escolhidas são aquelas que, em geral, revelam maiores relações com o exterior e que mais podem influenciar o comportamento das economias. Os sub-índices possuem, por sua vez, variáveis com múltiplas correlações entre si. O peso (grau de influência ou de correlação) entre as variáveis que compõem os sub-índices difere conforme a realidade a estudar.

Conforme referido acima, os sub-índices e variáveis seleccionadas são os seguintes:

- Finanças: (1) IDE/Investimento total; (2) influxo decapitais/receitas externas; (3) stock da dívida/PIB; e, (4) classificação nas agências de rating [23].
  Estes sub-índices, e respectivas variáveis, são os normalmente utilizados pela teoria económica neoclássica e neokeynesiana, para avaliar a capacidade de as economias possuírem determinados níveis de investimento e respectivas fontes de financiamento (internas e externas), e de que modo as dívidas criadas (IDE, doações e cooperação) dificultam ou facilitam o crescimento económico. A classificação das agências de "*rating*" transmitem, principalmente, um grau qualitativo do nível de incumprimento das dívidas e de outros compromissos financeiros. Uma má classificação desincentiva o investimento, tanto interno, como externo.
- Balança Comercial, destacando-se: (1) taxa de cobertura (exportações/importações); (2) abertura da balança comercial agrícola e alimentar (peso do sector externo na formação do PIB – (importações + exportações agrícolas) / PIB agrícola e da economia, calculada pela expressão (exportações + importações) / PIB; concentração das cinco principais importações e exportações sobre as respectivas exportações e importações e evolução do termos de troca. "Os termos de troca são definidos como a relação entre os preços das exportações do país (PX) e os das suas importações (PM). Uma melhoria nos termos de troca – isto é, um aumento na razão PX/PM –, e tudo o mais constante (variáveis económicas), aumenta a renda real[24]".
  Estes sub-índices revelam em que medida as relações comerciais externas são importantes e pesam numa determinada economia (taxas de cobertura e de

[23] "As agências de *rating*, como vulgarmente são chamadas as agências de notação financeira, são empresas que avaliam o risco financeiro (como, por exemplo, de pagamento de créditos) de um país, empresa, ou até de um produto financeiro. "As três principais agências de *rating* são a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch" … "O *rating* financeiro pode ser calculado de acordo com uma série de elementos, incluindo o histórico, o montante e a regularidade dos pagamentos. Além disso, também considera o número de contas em atraso, o endividamento actual e os resultados da empresa", https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=agencia+d+erating.
Por exemplo, a Moodyś classifica do seguinte modo: Aaa - Mais alta qualidade; Aa1, Aa2, Aa3 - Qualidade muito alta; A1, A2, A3 - Qualidade alta; Baa1, Baa2, Baa3 - Boa qualidade; Ba1, Ba2 – Especulativo; B1, B2, B3 - Altamente especulativo; Caa1, Caa2, Caa3 – Risco substancial; Ca - Risco muito alto.

[24] Bastos, Estêvão Kopschitz Xavier (2015). *Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 2001 a 2014*. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA). Brasil, Governo Federal.

abertura), de que forma reflectem a estrutura económica interna (concentração das importações e exportações e natureza dos bens trocados), a sua natureza mais ou menos dependente e subdesenvolvida e em que medida a evolução dos preços internacionais beneficia a economia, o que se reflecte nos ternos de troca.

- Orçamento Geral do Estado, com os seguintes indicadores: (1) receitas externas (que incluem empréstimos e donativos) / total de despesas públicas; (2) serviço da dívida pública / PIB; (3) défice público / receitas totais do Estado; e, (4) fragilidade do Estado (ranking internacional)[25]. Estes sub-índices são importantes na medida em que podem intervir na autonomia/independência dos centros de decisão política, económica e de soberania nacional, além de revelarem a capacidade do Estado para contrair novos empréstimos e os respectivos encargos e condições dos empréstimos, devido aos juros da dívida, etc. Os permanentes défices e dívidas elevadas reduzem a capacidade de oferecer serviços aos cidadãos, a capacidade de investir e manter as infra-estruturas públicas, a garantia da segurança dos cidadãos e a defesa do território. Estes e outros sub-índices podem ser sintetizados no conceito de fragilidade do Estado, que resume a incapacidade de cumprimento dos direitos e deveres do Estado perante os cidadãos e o desenvolvimento e a soberania política e militar.
- Sub-índice de vulnerabilidade a crises externas e choques ambientais, é medido como referido, pelo *Environment Vulnerability* Index. Além disso, a capacidade de resiliência / resistência da economia, pode também ser ponderada com: (1) a variação do crescimento económico nos três anos após o choque climático; (2) posição de Moçambique nos *rankings* internacionais (variação no crescimento da economia -PIB, nos períodos de crise). Moçambique é classificado como um dos países do mundo com maior vulnerabilidade ao que se acrescenta uma muito fraca capacidade resiliente e de socorro às situações de calamidade resultantes dos choques.

  Este sub-índice é importante na medida em que se assiste a uma crescente intensidade e frequência dos choques climáticos, podendo provocar instabilidade económica, perdas de infra-estruturas, deslocação de pessoas, crise alimentar e

[25] "De acordo com uma definição da OCDE, "uma região ou Estado frágil tem fraca capacidade de levar a cabo funções de governação básicas e não tem capacidade para desenvolver relações mutuamente construtivas com a sociedade". "Um Estado é considerado frágil quando não consegue atender às expectativas das suas populações ou gerir mudanças nas expectativas e capacidade através do processo político. A fragilidade surge, portanto, do desequilíbrio substancial nas relações entre Estado e sociedade. Tem muitas causas subjacentes, tanto crónicas, quanto agudas, e pode produzir várias consequências, as mais preocupantes são a vulnerabilidade a conflitos internos, incapacidade de lidar com desastres humanitários e o alto risco de colapso do Estado". https://inee.org/pt/eie-glossary/estado-fragil.
"O modo como "a fragilidade de um Estado" é definida na comunidade política perde de vista a enorme distância que é necessário atravessar entre, por um lado, as condições de fragilidade e de "resiliência estagnada" e, por outro, uma situação onde o Estado consegue um crescimento acelerado e uma redução da pobreza". https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&sa=X&sca_esv=585931027&sxsrf=AM9HkKm3w39LR0Z5c0CcVED6PUuNjAq32w:1701182964797&q=O+que+%C3%A9+o+%C3%ADndice+de+fragilidade+dos+Estados%3F&ved=2ahUKEwik78Gy-OaCAxWbXUEAHQMQBDsQzmd6BAgQEAY&biw=1280&bih=595&dpr=1.5 VERIFICAR ESTE LINK
Internacionalmente, a fragilidade dos estados é medida pelo Índice dos Estados Frágeis em inglês Fragile States Index (FSI).

instabilidade social entre os afectados e as populações receptoras dos deslocados. Nestes casos, o Estado tem revelado uma elevada incapacidade organizativa e operacional, falta de recursos, escassez de meios técnicos, socorrendo-se invariavelmente à cooperação e ajuda externa e humanitária.

No essencial, as medidas estão direccionadas para o pós-choque e não para as acções preventivas de criação de maior resiliência, como, por exemplo, construção e manutenção de diques de defesa e drenagem de rios, zonas baixas e dos sistemas de regadio, construção civil resistente a ventos e inundações, saneamento urbano, plantações de árvores à volta dos campos agrícolas e nas zonas costeiras, entre outras.

- Dependência alimentar: (1) total das importações de produtos alimentares / necessidades alimentares totais; (2) níveis de insegurança alimentar; e, (3) emergências (capacidade de resposta – alimentos, alojamento, transporte, saúde, etc.). A insegurança alimentar e a fome são um dos primeiros efeitos da pobreza que possui mecanismos de auto-reprodução, sobretudo o emprego e níveis salariais, a produtividade agrícola e, em particular, dos produtos alimentares essenciais e os níveis de comercialização e perdas pós-colheita, os níveis educacionais e o crescimento demográfico, a estrutura das famílias (sobretudo a estrutura etária das famílias) e as migrações que provocam pressão sobre os recursos naturais (terra, florestas, água) e conflitos entre os tradicionais residentes e os imigrados.

  A dependência alimentar está ainda relacionada com as mudanças das dietas alimentares, seja pelo efeito da urbanização, como pelo aumento do rendimento das famílias e das desigualdades sociais associadas. A educação nutricional e a conservação dos bens são importantes ao nível das famílias.

  O défice da oferta de alimentos é suprido, em parte, pelas importações com crescente défice da balança comercial alimentar e afectando sobretudo os alimentos consumidos nos centros urbanos: arroz, a totalidade do trigo, grande parte do óleo alimentar, da batata reno e de algumas hortícolas.
- Para além da fragilidade das instituições se reflectir na capacidade de o Estado exercer as suas funções políticas, económicas, sociais e de soberania, tem também como consequências a debilidade de aplicação das leis, a morosidade e partidarização das instituições (incluindo do judiciário), na cobrança de impostos, no combate à corrupção, do controlo aduaneiro, no controlo da fuga e branqueamento de capitais e nos diferentes tráficos (seres humanos, órgão humanos, droga, minerais, madeira, etc.) A centralização e concentração de poderes, a partidarização e corrupção nas instituições são aspectos com influência sobre a ineficácia e ineficiência da administração do Estado. Por outro lado, existem fortes debilidades das organizações corporativas das empresas, trabalhadores, produtores agrários, de grupos sociais, da população local ("comunidades") e da sociedade civil.

c) Cálculo do IDEx

A cada sub-índice, os autores atribuem uma escala de pontuação, que reflecte o peso (influência relativa) deste sub-índice no IDEx. Estes pesos (ponderações) devem ainda considerar a importância comparativa entre os pesos nas dimensões económicas dos restantes sub-índices no total do IDEx. Alguns índices estão incluídos ou dependem fortemente de outros, o que se reflecte na pontuação de um ou de mais de um deles.

Como na maioria dos índices conhecidos, as pontuações atribuídas aos sub-índices são subjectivas ou assentes na teoria (algumas das quais referidas acima), ou, em alguns casos, em estudos estatísticos para a avaliação e aferição da importância dos sub-índices e respectivas variáveis. Assim, os pontos atribuídos para o cálculo do IDEx estão ponderados, atribuindo-se uma pontuação superior aos sub-índices que, supostamente, maior influência exerce entre si e sobre a economia.

O quadro 1 apresenta os sub-índices e respectivas variáveis a considerar na valorização do IDEx.

Quadro 1
Índice de Dependência Externa
Quadro de pontuação de cada sub-índice e variável

Sub-índice	Pontos	Variáveis	Pontos
Finanças	32,5	IDE / Investimento total (1)	10,0
		(Fluxo líquido de capitais-IDE) / Total do fluxo líquido de capitais (2)	5,0
		Stock da dívida externa total / PIB	10
		Classificação das agências de *rating* (3)	7,5
Balança Comercial	25	Taxa de cobertura da balança comercial total (4)	7,5
		Taxa de abertura da balança comercial total (5)	5,0
		Cinco principais bens importados / Total de importações	2,5
		Cinco principais bens exportados / Total de exportações	2,5
		Termos de troca do comércio externo do país (6)	7,5
Estado e Orçamento Geral de Estado	17,5	Receitas externas (7) / Total de despesas públicas	5,0
		Serviço da dívida pública / Total de receitas públicas	2,5
		Défice público / PIB	2,5
		Fragilidade do Estado (8)	7,5
Vulnerabilidade Económica e ambiental	12,5	Variação no crescimento da economia (PIB) (9)	5,0
		Posição de Moçambique no *ranking* internacional no EVI (10)	7,5
Segurança alimentar	12,5	Total das importações de produtos alimentares / Necessidades alimentares totais (11)	7,5
		Percentagem da população em insegurança alimentar	5,0
Total IDEx	**100**		**100**

Notas:
(1) Investimento total = Investimento externo (IDE + Investimento de carteira + Outros) + Empréstimo bancário para investimento.
(2) Total do influxo de capitais = Investimento Externo + Remessas (Expatriados/Emigrantes + Lucros + Rendas).
(3) Os *ratings* são avaliações emitidas por agências de classificação de risco sobre a qualidade de crédito. "As agências avaliam a capacidade de um emissor (bancos, financeiras, empresas etc.) honrar as suas obrigações financeiras integralmente e no prazo determinado". As agências de rating são a Fitch, a Moody's e a Standard & Poor's.
(4) Taxa de cobertura = Exportação / Importação.
(5) Taxa de abertura = (Exportação + Importação) / PIB.
(6) Termos de troca do comércio externo do país - é calculado como a razão percentual entre os índices de valor unitário de exportação e os índices de valor unitário de importação, medidos em relação ao ano base de 2015 (base de dados do Banco Mundial).
(7) As receitas externas, referem-se ao apoio ao Orçamento do Estado por via de fontes externas (donativos e crédito)
(8) "Um Estado é considerado frágil quando não consegue atender às expectativas das suas populações ou gerir mudanças nas expectativas e capacidade através do processo político. A fragilidade surge, portanto, do desequilíbrio substancial nas relações entre Estado e sociedade. Tem muitas causas subjacentes, tanto crónicas, quanto agudas, e pode produzir várias consequências, as mais preocupantes são a vulnerabilidade a conflitos internos, incapacidade de lidar com desastres humanitários e o alto risco de colapso do Estado". https://inee.org/pt/eie-glossary/estado-fragil.
A fragilidade dos estados é medida através do Índice de Estados Frágeis (FSI), em inglês Fragile States Index. "O modelo de estágio de Ulrich Schneckener (2006) define três elementos fundamentais: monopólio da violência, legitimidade e Estado de Direito. A tipologia é baseada na primeira lógica de segurança e, portanto, mostra a relevância do monopólio da violência, em comparação com os outros dois ao mesmo tempo agindo como a pré-condição para um Estado de funcionamento. Seus quatro tipos de soberania são: (1) os Estados consolidados e consolidando-se, (2) Estados fracos, (3) Estados a falhar e (4) Estados que desabaram / Estados falidos. https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_falido.
(9) Capacidade de resistência da economia a choques externos e internos, medido pelo comportamento do crescimento até três anos após a verificação do evento climático. Definição dos autores.
(10) Índice de Vulnerabilidade Ambiental (Environmental Vulnerability Index – EVI): "Entende-se por vulnerabilidade ambiental a susceptibilidade de um sistema à degradação ambiental, considerando-se: a exposição do sistema às pressões ambientais típicas de actividades agro-industriais, avaliada por indicadores que mostram a pressão antropogénica exercida no sistema" - South Pacific Applied Geoscience Commission (2004). The Environmental Vulnerability Index (EVI) 2004.
(11) As necessidades alimentares foram calculadas com base nos produtos da cesta básica nacional (dieta alimentar nacional) definida pelo SETSAN (dieta diária por habitante x 365 dias x população). O indicador representa a proporção do total de importação produtos alimentares sobre as necessidades alimentares calculadas.

Fonte: Os autores.

As múltiplas relações de causalidade entre os sub-índices e variáveis são sintetizadas no esquema 1. Apenas como exemplo, o investimento nacional está relacionado com a poupança interna, este com os níveis de rendimento e sua distribuição social, afectando as receitas públicas e a capacidade de o Estado desempenhar as funções redistributivas (políticas, económicas, sociais e outras), terminando com a maior ou menor necessidade de mobilização de recursos externos, tanto privados, como de apoio ao Estado (ajuda e cooperação), dificuldades de acudir aos reassentamentos, maior vulnerabilidade ambiental e consequente fragilidade do Estado, etc. Se o défice é grande e persiste, a dívida pública, interna e externa, avoluma-se com consequências sobre a produção

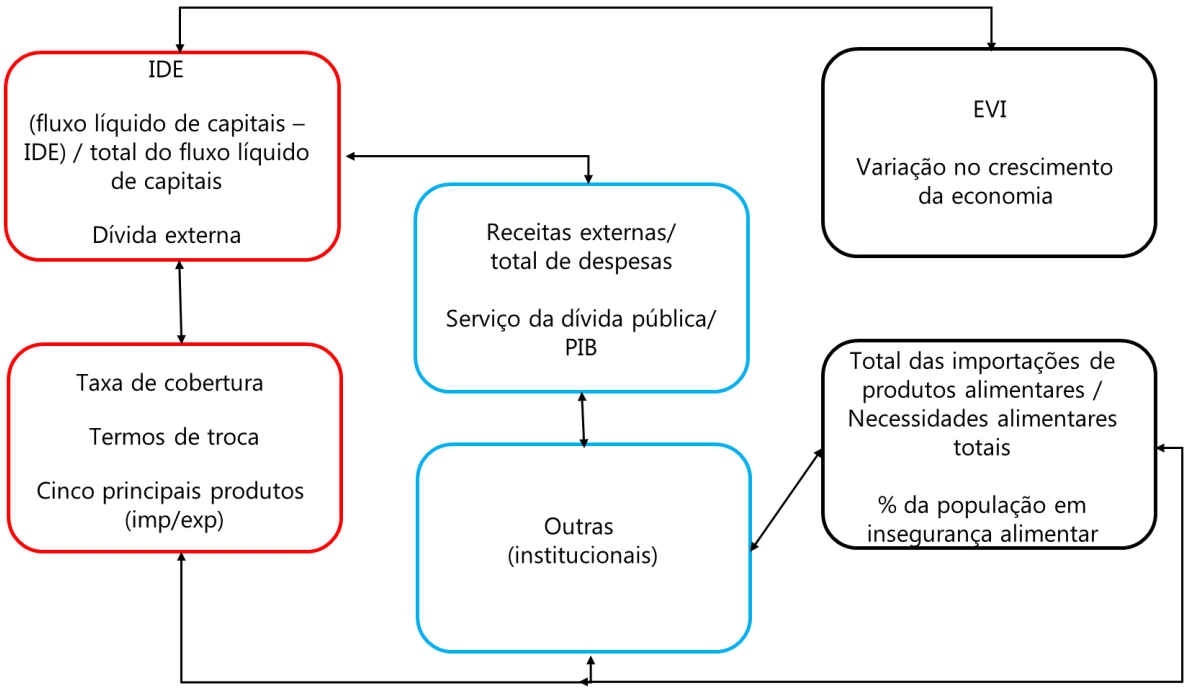
interna, a dependência do investimento externo, défices na balança comercial e ausência transformação estrutural da economia.

Para a Figura 1, foram seleccionados os sub-índices com maior ponderação no IDEx, que são os directamente relacionados com o sector externo (contornos a vermelho), com o Orçamento Geral do Estado e as instituições (contornos azuis) e com o ambiente e a segurança alimentar (contornos negros). Das 17 variáveis constantes no quadro 1, ressaltam-se 8 com maior peso (47,1% com 7,5 e 10 pontos), totalizando 65 dos 100 pontos totais do IDEx. Os sub-índices directamente relacionados com o sector externo somam 77,5 pontos.

Verifica-se que muitas das varáveis estão directamente relacionadas com as instituições. Os equilíbrios macroeconómicos surgem em diferentes ligações (receitas externas do OGE, serviço da dívida pública e externa, ambiente, segurança alimentar).

Por se tratar de um esquema, este é necessariamente simplificador dessas relações, tendo, porém, a virtude de visualizar as consideradas mais importantes.

Figura 1
Relações de influência entre os sub-índices



Fonte: Autores.

d) Parâmetros do IDEx

Os pontos atribuídos a cada sub-índice indicam, segundo a literatura económica, o "ideal". Quanto mais próximo estiver o valor do "ideal", menor a pontuação, e, portanto, menos contribui para o somatório do IDEx (quanto mais próximo de 100, pior) – veja o quadro 2 e o quadro 1.

O quadro 2 interpreta-se do seguinte modo: O IDEx é decomposto em sub-índices e as variáveis são integradas em cada sub-índice. A cada sub-índice é atribuída uma pontuação. O somatório das pontuações de todos os sub-índices resulta no total do IDEx (100 pontos) e o total das pontuações das variáveis de cada sub-índice totaliza a pontuação que lhe é atribuída. Para cada variável são estabelecidas escalas que permitem conferir a pontuação de cada variável, igualmente de forma considerada de" ideal" e segundo o suposto determinismo das variáveis no IDEx.

Conforme referido anteriormente, a pontuação máxima de cada sub-índice corresponde ao que a literatura indica como uma situação "desejável", "equilibrada" ou "ideal". A pontuação de referência de cada sub-índice foi atribuída pelos autores, indicando a percepção de uma situação ("equilibrada"). Como na maioria de outros índices, a pontuação dos sub-índices pode ser qualitativa e/ou quantitativa.

No caso do IDEx os autores consideraram que quanto mais perto de 100 pontos, mais economicamente dependente do exterior é o país.

Quadro 2
Escalas e pontuação do IDEx

Sub-índice	Pontos	Pontos por variável	Variáveis	Escala	Pontuação
Finanças	32,5	10,0	IDE / Investimento total	0% a 25%	0,0
				25% a 75%	5,0
				75% a 100%	10,0
		5,0	(Fluxo líquido de capitais - IDE) / Total do fluxo líquido de capitais	Até 50%	2,5
				Mais de 50%	5,0
		10,0	*Stock* da dívida externa total / PIB (ideal, menos de 30%)	Até 30%	0,0
				De 30% a 60%	5,0
				Mais de 60%	10,0
		7,5	Classificação das agências de *rating* (1)	De A- até 1+	0,0
				DE A-1 e A-3	2,5
				Entre B e C	5,0
				Maior ou igual a D	7,5
Balança Comercial	25,0	7,5	Taxa de cobertura da balança comercial total	Até 50%	7,5
				De 50% a 100%	5,0
				Mais de 100%	0,0
		5,0	Taxa de abertura da balança comercial total	Até 50%	0,0
				De 50% a 100%	2,5

Sub-índice	Pontos	Pontos por variável	Variáveis	Escala	Pontuação
				Mais de 100%	5,0
		2,5	Cinco principais bens importados [2] / Total de importações	Até 50%	0,0
				De 50% a 100%	2,5
		2,5	Cinco principais bens exportados [3] / Total de exportações	Até 50%	0,0
				De 50% a 100%	2,5
		7,5	Termos de troca do comércio externo do país	Maior que 1,0	0,0
				De 0,7 a 1,0	5,0
				Menor que 0,7	7,5
Estado e Orçamento Geral do Estado	17,5	5,0	Receitas externas / Total de despesas públicas	Até 20%	0,0
				De 20% a 40%	2,5
				Mais de 40%	5,0
		2,5	Serviço da dívida pública / Total de receitas públicas (ideal 14%) [4]	Até 14%	0,0
				Mais de 14%	2,5
		2,5	Défice público /PIB [5]	Menos de 3%	0
				Mais de 3%	2,5
		7,5	Fragilidade do Estado [6]	Até 30	0,0
				30 – 60	2,5
				60 – 90	5,0
				Mais de 90	7,5
Vulnerabilidade Económica e ambiental	12,5	5,0	Variação do crescimento da economia (PIB) [7]	Mais de 3%	0,0
				De 0% a 3%	2,5
				Negativo	5,0
		7,5	Posição de Moçambique no *ranking* internacional no EVI [8]	Até 215	0,0
				De 215 a 315	2,5
				De 315 a 365	5,0
				Mais de 365	7,5
Segurança Alimentar	12,5	7,5	Total das importações de produtos alimentares / Necessidades alimentares totais	Menos de 50%	0,0
				De 50% a 80%	5,0
				Mais de 80%	7,5
		5,0	Percentagem da população em insegurança alimentar	Menos de 10%	0,0
				De 10% a 60%	2,5
				Mais de 60%	5,0

Notas:

(1) Dentre as agências de rating existentes, para o cálculo do IDEx foi escolhida a agência Fitch ratings, por esta ter disponível os resultados dos ratings da série em análise.

(2) Cinco principais produtos importados: maquinarias (bens de capital), combustíveis, material de construção excepto cimento, alumínio bruto e automóveis).

(3) Cinco principais produtos exportados: alumínio, carvão, areias pesadas, gás natural e tabaco.

Os produtos e valores são referentes a 2021, mas não existem alterações a considerar durante os últimos anos.

(4) Segundo o relatório da análise da dívida, para os indicadores de liquidez da dívida externa, o limite máximo para se considerar sustentável o serviço da dívida em relação às receitas totais é de 14% (considerado novo limite a partir de 2018.

(5) Segundo a OECD, o rácio défice orçamental em relação ao PIB só pode exceder um valor de referência de 3% do PIB em circunstâncias excepcionais.

(6) Com base na escala do Índice de Fragilidade do Estado, para o IDEx foi elaborada a seguinte escala: Até 30 pontos – Estado consolidado; De 30 – 60 pontos – Estado Estável; De 60 – 90 pontos – Estado em perigo; e, Mais de 90 pontos - Estado falhado.
(7) Numa perspectiva de médio/longo prazo, considera-se como estável, quando o crescimento é de forma continuada em redor dos 3%. Uma economia está em estado de "retracção" / "desaceleração" / "abrandamento" quando o crescimento de um período é inferior ao do período anterior. Existe crise económica quando a retracção perdura por um período de mais de 6 meses. O crescimento do PIB é negativo quando for inferior a 0%.
(8) O Environmental Vulnerability Index é um índice calculado com base em 50 indicadores, sendo posteriormente avaliado numa escala de 1 a 7. Para o cálculo do IDEx, foi ajustado/adaptado a uma escala de 4, nomeadamente: Até 215 = Resiliente; De 215 – 315 = em risco; 315 – 365 = vulnerável; e, Mais de 365 = extremamente vulnerável.
Com base na escala do Índice de Fragilidade do Estado, para o IDEx foi elaborada a seguinte escala: Até 30 pontos – Estado consolidado; De 30 – 60 pontos – Estado Estável; De 60 – 90 pontos – Estado em perigo; e, Mais de 90 pontos - Estado falhado. Moçambique é considerado um estado em risco.
As células marcadas a cinzento representam o máximo da pontuação de cada variável.
Fonte: Os autores.

Quadro 3
Classificação do IDEx conforme os pontos atribuídos ao índice

	Pontos
Economia não dependente	0-30
Economia moderadamente dependente	30-50
Economia dependente	50-70
Economia muito dependente	Mais de 70

Fonte: Os autores.

Considera-se uma pontuação de 0 a 30 pontos como não dependente, de 30 a 50 pontos como moderadamente dependente, de 50 a 70 pontos como dependente, e mais de 70 pontos, muito dependente. Contudo, é importante referir que as economias não dependentes podem estabelecer relações económicas de interdependência ou com liberdade de optar por outras alternativas externas ou internas.

A análise do grau de dependência deve ser ponderada com realidades em contexto de crises prolongadas motivadas por conflitos políticos, militares e sociais, pandemias, choques climáticos intensos e frequentes (com consequências importantes sobre a danificação de infra-estruturas produtivas e urbanas, deslocamento de pessoas e situações humanitárias graves) ou devido a variações nos mercados internacionais, sobretudo quando as economias dependem da exportação ou importação de um número reduzido de bens. Estes aspectos são mais graves quando a condição de partida à verificação das crises é de grande dependência da economia e fragilidade das instituições e limitados recursos gerados internamente pela economia. Estes factores poderão alterar substancialmente o índice de dependência e o nível de soberania de um Estado

4. IDEX: ENSAIO SOBRE O CASO DE MOÇAMBIQUE

a) Ano de 2021[26]

Como exemplo de exercício a efectuar para o cálculo do IDEx, apresenta-se o quadro abaixo.

Quadro 4
Pontuação do IDEx, Moçambique 2021

Sub-Índice	Pontuação máxima	Variáveis	Escala	Pontos	Estatística (2021)	Pontuação para o IDEx
Finanças	32,5	IDE / Investimento total	0% a 25%	0,0	92%	10,0
			25% a 75%	5,0		
			75% a 100%	10,0		
		Fluxo líquido de capitais - IDE) / Total do fluxo líquido de capitais	Até 50%	2,5	-5%	2,5
			Mais de 50%	5,0		
		Stock da dívida externa total / PIB	Até 30%	0,0	46,5%	5,0
			De 30% a 60%	5,0		
			Mais de 60%	10,0		
		Classificação das agências de *rating*	De A- até 1+	0,0	CCC	5,0
			DE A-1 eA-3	2,5		
			Entre B e C	5,0		
			Maior ou igual a D	7,5		
Sub-total (Finanças)					-	**22,5**
Balança Comercial	25,0	Taxa de cobertura da balança comercial total	Até 50%	0,0	71%	5,0
			De 50% a 100%	5,0		
			Mais de 100%	7,5		
		Taxa de abertura da balança comercial total	Até 50%	5,0	85%	2,5
			De 50% a 100%	2,5		
			Mais de 100%	0,0		
		Cinco principais bens importados / Total de importações [12]	Até 50%	0,0	42%	0,0
			De 50% a 100%	2,5		
		Cinco principais bens exportados / Total de exportações [13]	Até 50%	0,0	65%	2,5
			De 50% a 100%	2,5		
		Termos de troca do comércio externo do país	Maior que 1,0	0,0	128,8	0,0
			De 0,7 a 1,0	2,5		
			Menor que 0,7	5,0		
Sub-total (Balança comercial)					-	**10,0**
Estado e Orçamento Geral do Estado	17,5	Receitas externas / Total de despesas públicas	Até 20%	0,0	11%	0,0
			De 20% a 40%	2,5		
			Mais de 40%	5,0		
		Serviço da dívida pública externa / Total de receitas públicas	Até 14%	0,0	9,3%	0,0
			Mais de 14%	2,5		
		Défice público / PIB	Menos de 3%	0,0	6,0%	2,5
			Mais de 3%	2,5		
		Fragilidade do Estado	Até 30	0,0	93,9	7,5

[26] O ano de 2021 foi escolhido pelo simples facto de ser o último em que existe disponibilidade da maioria de dados estatísticos

Sub-Índice	Pontuação máxima	Variáveis	Escala	Pontos	Estatística (2021)	Pontuação para o IDEx
			De 30 - 60	2,5		
			De 60 - 90	5,0		
			Mais de 90	7,5		
Sub-total (Estado e Orçamento Geral do Estado)					**-**	**10,0**
Vulnerabilidade Económica e ambiental	12,5	Variação no crescimento económico (PIB)	Mais de 3%	0,0	2,3%	2,5
			De 0% a 3%	2,5		
			Negativo	5,0		
		Posição de Moçambique no *rating* internacional EVI	Até 215	0,0	227,0	2,5
			De 215 - 315	2,5		
			De 315 - 365	5,0		
			Mais de 365	7,5		
Sub-total (Vulnerabilidade económica e ambiental)					**-**	**5,0**
Segurança Alimentar	12,5	Total das importações de produtos alimentares / Necessidades alimentares totais	Menos de 50%	0,0	67%	5,0
			De 50% a 80%	5,0		
			Mais de 80%	7,5		
		Percentagem da população em insegurança alimentar	Menos de 10%	0,0	24%	2,5
			De 10% a 60%	2,5		
			Mais de 60%	5,0		
Sub-total (Segurança alimentar)					**-**	**7,5**
TOTAL	**100,0**	**-**			**-**	**55,0**

Fontes: Os autores.

Do quadro acima pode-se constatar em termos gerais/globais, relativamente a 2021, o seguinte:

- Moçambique era, em 2021, um país dependente.
- As finanças e a balança comercial são os sub-índices em que Moçambique revela maior dependência: 22,5 pontos em 32,5 no primeiro caso; 7,5 pontos em 12,5 para a Segurança alimentar e 10,0 pontos em 17,5 para o Estado e Orçamento do Estado.

Com base na realidade e na leitura das variáveis dos sub-índices e do índice em geral, existem importantes aspectos a considerar:

- O país é fortemente dependente do investimento externo, concentrado em grandes investimentos ("grandes projectos")[27], que influenciam outros investimentos relacionados, sobretudo em infra-estruturas (estradas, caminhos-de-ferro e portos e aeroportos), também financiados por recursos externos, geralmente associados aos grandes investimentos. O investimento interno é muito baixo e o realizado, por exemplo, em infra-estruturas (comunicação, barragens, regadios, etc.), nas redes escolar e de saúde, é financiado externamente, por via de apoio directo ao Orçamento ou através de donativos

[27] Do total do IDE entre 2001 e 2021, cerca de 70% é realizado através de grandes projectos no sector de recursos naturais. Mosca, João e Nova, Yara (2023). *A contra transformação agrária em Moçambique.* OMR. Maputo

de organizações da sociedade civil e outras não-governamentais (externas ou internas), neste último caso, com donativos financeiros externos. Uma importante percentagem do investimento nacional é complementar aos grandes projectos de investimento externo, como, por exemplo, estradas e pontes, construção imobiliária, hotelaria, transportes de carga e de passageiros, além de outros serviços às multinacionais.

É igualmente importante referir que algumas medidas de natureza económica ou de políticas, influenciam as variáveis seleccionadas, e, consequentemente o IDEx, como, por exemplo, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, sigla em inglês) em 2020, que culminou com uma moratória temporária de 1 ano do pagamento das prestações da dívida, tendo os pagamentos retomados a partir de 2022. Igualmente, o perdão da dívida total ou parcial de Moçambique foi realizada por países com interesses económicos em Moçambique.

- A balança comercial possui uma taxa de cobertura relativamente baixa e a vulnerabilidade é medida pela concentração das exportações e importações em poucos produtos[28] . Estes, revelam a estrutura subdesenvolvida da economia e uma elevada vulnerabilidade devido às variações dos preços no mercado internacional, como é, no caso de Moçambique, dos produtos petrolíferos, do carvão e do gás e de algumas *commodities* agrícolas.
- No que respeita ao sub-índice Orçamento Geral do Estado, sobretudo depois do conhecimento das dívidas ocultas em 2016, assistiu-se à suspensão do apoio directo ao orçamento, embora se mantivesse o apoio a projectos (como, por exemplo, água, saneamento, agricultura, saúde, assistência humanitária de emergência, etc.), o que não implicou, pois, uma parte significativa dos fundos ingressaram como apoio directo a projectos e através de outras formas de apoio externo. Alternativamente, o Estado tem contraído dívida interna[29] (quase totalmente do sistema bancário), para financiar o constante e crescente défice orçamental.
- A economia de Moçambique é, regra geral, fortemente sensível a variações exógenas (crises económicas, guerras, choques climáticos e pandemias), necessitando de avultados recursos externos adicionais e de emergência (incluindo de presença militar estrangeira).
- Relativamente à segurança alimentar, as principais considerações são as seguintes: (1) do total da produção interna, uma pequena proporção é comercializada, considerando as elevadas percentagens de autoconsumo de mais de 60% da população que vive no meio rural, cujos rendimentos dependem principalmente da produção agrária, sobretudo no caso do milho do arroz e óleos alimentares no grupo de bens considerados para além da oferta interna de bens transformados comercializados através da grande distribuição alimentar nos

[28] Mosca, João (2023). Economia moçambicana em processo de concentração sectorial, territorial e social. *Destaque Rural* Nº 199. OMR. Maputo.

[29] A dívida pública passou de 13,5% da dívida total em 2014 para 21,9% em 2020, tendo aumentado, em termos percentuais, 58,3% (2020/2015). A dívida continuou a aumentar até 2023. Portal do Ministério da Economia e Finanças.

centros urbanos e que respondem a demandas da emergente classe média; (2) em situações de instabilidade, provocadas por conflitos, desastres ambientais e reassentamentos forçados de populações, a insegurança alimentar dessas populações somente é suprida, e geralmente não plenamente, por importações de emergência de organizações internacionais, o que revela a vulnerabilidade alimentar do país que não possui reservas alimentares, logística, infra-estruturas e recursos financeiros para esse efeito; (3) o trigo, totalmente importado, é, em grande parte, consumido nos centros urbanos e, em menor proporção, o arroz importado é igualmente consumido nos maiores assentamentos populacionais; (4) à excepção dos crustáceos, parte significativa do pescado na zona costeira e águas interiores é autoconsumido, ou localmente comercializado, em desfavor da exportação do pescado de maior valor comercial; (5) os bens de consumo das classes média e altas são maioritariamente importados em consequência da quase inexistente indústria alimentar, exceptuando-se aquela que transforma bens importados para permitir o consumo final. Pode-se assim constatar que, na realidade, a dependência e vulnerabilidade alimentar do país é maior do que aquela que o IDEx reflecte, variando segundo os ciclos de crise e das diferenças entre os meios rural e urbano e entre grupos sociais.[30]

b) IDEx para Moçambique, 2015-2021

Com base na forma de cálculo apresentado no quadro 4, estimou-se o grau de dependência no período de 2015 a 2021.

Quadro 4
IDEx Moçambique, 2015 – 2021

Sub-índice	Variáveis	IDEx 2021	IDEx 2020	IDEx 2019	IDEx 2018	IDEx 2017	IDEx 2016	IDEx 2015
Finanças	IDE / Investimento total	10,0	5,0	5,0	5,0	5,0	10,0	5,0
	(Fluxo líquido de capitais - IDE) / Total do fluxo líquido de capitais	2,5	2,5	2,5	5,0	2,5	2,5	2,5
	Stock da dívida externa total / PIB	5,0	5,0	10,0	10,0	10,0	10,0	5,0
	Classificação da agência de *rating* (Fitch).	5,0	5,0	5,0	7,5	7,5	7,5	5,0
Sub-total (Finanças)		**22,5**	**17,5**	**22,5**	**27,5**	**25,0**	**30,0**	**17,5**
Balança Comercial	Taxa de cobertura da comercial total	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,5

[30] Os cinco considerandos apresentados podem não corresponderem com a pontuação atribuída à dependência alimentar. A razão assenta que foram utilizadas as variáveis, total das importações de produtos alimentares / necessidades alimentares totais, cujos valores são fortemente influenciados pelo autoconsumo, sobretudo nas economias familiares assentes na pequena exploração agrícola. Caso o denominador fosse a oferta total de mercado de produtos alimentares reflectisse uma realidade diferente. Os autores consideram o a variável utlizada mais "universal".

Sub-índice	Variáveis	IDEx 2021	IDEx 2020	IDEx 2019	IDEx 2018	IDEx 2017	IDEx 2016	IDEx 2015
	Taxa de abertura da comercial total	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
	Cinco principais bens importados / Total das importações	0,0	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
	Cinco principais bens exportados / Total das exportações	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Termos de troca do comércio externo do país	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
Sub-total (Balança Comercial)		**10,0**	**12,5**	**10,0**	**10,0**	**10,0**	**10,0**	**15,0**
Estado e Orçamento Geral do Estado	Receitas externas / Total de despesas públicas	0,0	2,5	0,0	0,0	2,5	2,5	2,5
	Serviço da dívida pública / Total de receitas públicas	0,0	0,0	0,0	2,5	2,5	2,5	0,0
	Défice público / PIB	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
	Fragilidade do Estado	7,5	7,5	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Sub-total (Estado e Orçamento do Estado)		**10,0**	**12,5**	**7,5**	**10,0**	**12,5**	**12,5**	**10,0**
Vulnerabilidade Económica e ambiental	Variação no crescimento económico (PIB)	2,5	5,0	2,5	2,5	0,0	0,0	2,5
	Posição de Moçambique no ranking internacional no EVI	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Sub-total (Vulnerabilidade económica e ambiental)		**5,0**	**7,5**	**5,0**	**5,0**	**2,5**	**2,5**	**5,0**
Segurança Alimentar	Total das importações de produtos alimentares / Necessidades alimentares totais	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Percentagem da população em insegurança alimentar	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Sub-total (Segurança alimentar)		**7,5**	**7,5**	**5,0**	**5,0**	**2,5**	**2,5**	**2,5**
TOTAL		**55,0**	**57,5**	**47,5**	**55,0**	**52,5**	**57,5**	**50,0**

Fontes: Os autores.

No quadro acima pode-se constatar o seguinte:

- O IDEx tem variado ligeiramente, mantendo-se na categoria de economia dependente.
- Os anos em que o índice aumentou coincidem com os efeitos da descoberta das dívidas ocultas (redução do financiamento à economia, ao Orçamento Geral do Estado e investimento externo), com a pandemia da COVID-19 provocando uma redução do comércio externo e da actividade económica nacional e subida geral dos preços, conformando a elevada vulnerabilidade externa e baixa capacidade de resposta com base em recursos internos. Os efeitos da guerra NATO/Ucrânia – Rússia são posteriores a 2021.

5. CONCLUSÃO

Moçambique é um país estruturalmente e a longo prazo dependente, contribuindo mais para esta classificação, as relações económicas externas (investimento directo e outros influxos de capital, balança comercial e financiamento directo ao OGE ou a projectos específicos). No entanto, devido aos choques climáticos, crises económicas externas e internas, situações de conflito, etc., pode-se considera que Moçambique é um país em risco permanente, de, conjunturalmente, ser muito dependente.

Apesar de o nível geral de dependência estimado e mensurado pelo IDEx, a situação pode agravar-se quando acontecem fenómenos causadores de desequilíbrios, mesmo que sejam de curto prazo (menos de três anos), como foram a pandemia COVID-19[31], as dívidas ocultas, os choques climáticos de elevada intensidade e frequência (ciclones e secas), os conflitos armados[32] e a guerra NATO/Ucrânia – Rússia[33]. Nestes períodos, os níveis de dependência aumentam conjunturalmente, traduzindo-se em ajuda alimentar de emergência, o crescimento económico abranda (ou torna-se negativo), o emprego e a pobreza aumentam[34], a inflação dispara, emergem desequilíbrios macroeconómicos (INE e Banco de Moçambique), o que revela uma limitada capacidade de resposta aos choques externos através dos recursos internos. A classificação de Moçambique deve ser ponderada pelo facto de o investimento, do crescimento e estabilidade macroeconómica, da pobreza e do abastecimento alimentar de emergência dependerem em grande medida (conforme a influência dos sub-índices no IDEx) de factores externos.

As instituições, sobretudo o Estado, revelam elevada ineficiência e ineficácia, falta de transparência, desvio ou má aplicação de fundos e corrupção, o que agrava sobremaneira a dependência através do atrofiamento do desenvolvimento económico, do sector empresarial, do afunilamento da estrutura produtiva e da acumulação no exterior, do aumento da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais[35]. A questão essencial reside nas alianças entre o capital externo e os grupos de interesses que dominam os centros de decisão política e económica assente na distribuição interna dos

---

[31] Mussagy, Ibraimo Hassane e Mosca, João (2020). Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique. *Observador Rural* Nº 96. OMR. Maputo.
Tibana, Roberto J. (2021). A dinâmica da pandemia da COVID-19 em Moçambique. *Destaque Rural* Nº 115. OMR. Maputo.
Mosca, João e Aiuba, Rabia (2020). Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19. *Observador Rural* Nº 94. OMR. Maputo.

[32] Destacando-se a guerra civil que durou 16 anos, a guerra pós-eleitoral de 3 anos e a guerra em Cabo Delgado que já se desenvolve há 5 anos.

[33] Mosca, João (2021) Inflação 2022: "Ucrânia" e políticas internas contraproducentes. *Destaque Rural* Nº 184. PMR. Maputo.

[34] Mussagy, Ibraimo Hassane e Mosca, João. Ibidem.

[35] Dadá, Yasser Arafat e Mosca, João (2023). Desigualdades socioeconómicas entre províncias e entre os meios rural e urbano. *Destaque rural* Nº 216. OMR. Maputo.
O último decil da população concentrava 59,8% da riqueza nacional em 2000 e em 2020 passou para 64,6%. Os 10% dos que possuem rendimentos mais baixos retinham 0,2% e 0,1% da riqueza do país. Observa-se uma forte concentração da riqueza e um agravamento das iniquidades sociais. Yasser Arafat Dadá, tese de doutoramento aguardando a defesa. Universidade de Lisboa.

recursos e na aplicação de políticas públicas, sem considerar uma estratégia global de desenvolvimento que beneficie o país e os cidadãos.

Esta dependência auto reproduz-se em círculo vicioso, onde os interesses económicos internos e a economia nacional sustenta os mecanismos de extroversão/externalização através da financeirização do capital externo e de modelos extractivistas com limitados benefícios para a economia nacional e para os cidadãos[36]. A alteração da trajectória (financeirização e extroversão) das últimas décadas, implica certamente:

- Novas formas de financiamento do desenvolvimento agrário e económico, priorizando fontes da poupança interna e opções de investimento que reduzam a dependência do capital e financiamento externo, maximizando, em algumas áreas, a utilização de recursos locais para a construção de estradas, pontes, pequenos regadios, habitação, escolas, postos de saúde, etc.);
- Desenvolvimento de cadeias de valor internalizadas, sobretudo com capital e acumulação doméstica e para o mercado interno, como é o caso da soja que abastece a indústria de rações para animais ou, por razões de cancelamento dos financiamentos externos, para a produção primária;
- Relações externas soberanas suportadas por políticas públicas internas estáveis;
- Reformas do sistema político, modernização e despolitização do Estado.

Este texto é um ensaio necessita ser fundamentado através de um modelo econométrico que apresente os níveis de determinismo das variáveis consideradas (e de outras), no que se considera com variável dependente (IDEx). Paralelamente, este texto será colocado à discussão de especialistas na perspectiva de poder ser melhorado e, eventualmente, adoptado em diferentes instituições.

[36] Mosca, João e Dadá, Yasser (2023). Financeirização e extroversão agrária em Moçambique. *Destaque Rural* Nº 202. OMR. Maputo.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
140	**Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique**	**Yasser Arafat Dadá e João Mosca**	**Janeiro de 2024**
139	**Instrumentos de política agrícola e a produção agrícola em Moçambique**	**Rabia Aiuba**	**Agosto de 2023**
138	**"Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não": impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize**	**Mélica Chandamela**	**Julho de 2023**
137	***Após o ciclone idai, as inundações: narrativas e lições de um desastre (in)esperado e "excepcional"***	**Uacitissa Mandamule**	**Maio de 2023**
136	**Penetração de capital no meio rural, exclusão e expropriação: mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes**	**Natacha Bruna**	**Abril de 2023**
135	**Reforma legal e o mercado de terras em Moçambique**	**Nelson Capaina**	**Março de 2023**
134	**Deslocações forçadas e aumento da pressão sobre o garimpo em Namanhumbir**	**Jerry Maquenzi e João Feijó**	**Fevereiro de 2023**
133	**Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado**	**João Feijó**	**Janeiro de 2023**
132	**Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia**	**Nelson Capaina**	**Novembro de 2022**
131	**Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane**	**Josefina Tamele**	**Outubro de 2022**
130	**Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)**	**Neuza Balane e João Feijó**	**Setembro de 2022**
129	***Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique***	**Yara Nova e Rui Rosário**	**Setembro de 2022**
128	***Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde***	**Natacha Bruna**	**Agosto de 2022**
127	**Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021**	**João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner**	**Agosto de 2022**
126	**Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia**	**Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta**	**Julho de 2022**
125	***Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinergística de recursos em Massingir***	**Natacha Bruna**	**Junho de 2022**
124	**Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz**	**Nelson Capaina**	**Maio de 2022**
123	***Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar***	**Máriam Abbas**	**Abril de 2022**
122	**Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)**	**Yara Nova e Jonas Mbiza**	**Março de 2022**
121	**Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas**	**João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy**	**Fevereiro de 2022**

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural/

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org